



Estratégia
CONCURSOS

Aula 00 - Aprese

Curso de Direito Penal p/ OAB (2 fase) XXX Exame de Ordem (Sem Monitoria) Repescagem

Professor: Cristiano Rodrigues, Ivan Luís Marques da Silva

APRESENTAÇÃO

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam muito bem-vindos ao nosso curso de *Direito Penal* focado na **2ª fase do XXX Exame de Ordem**. Preparem-se para a jornada da aprovação!

Antes de mais nada, faremos uma rápida apresentação.

Meu nome é **Cristiano Rodrigues**, sou professor de Direito Penal no Estratégia OAB.

E o meu nome é **Ivan Marques**, sou professor de Direito Processual Penal no Estratégia OAB.

Eu, **Cristiano Rodrigues**, advogado, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Mestre em Ciências Penais pela Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM-RJ) e Doutorando em Ciências Penais pela Universidade de Coimbra – Portugal, sou professor de Direito Penal há 18 anos, tendo dado aulas em cursos de graduação, pós-graduação e cursos preparatórios para concursos públicos em todo o Brasil, e há mais de 9 anos me dedico especificamente à preparação para o exame de ordem (1ª e 2ª Fase OAB), além de ser autor de diversas obras jurídicas; e eu,

Ivan Marques, sou advogado criminalista há 17 anos, Mestre em Direito Criminal pela USP, Professor de Prática Penal na Universidade Presbiteriana Mackenzie, autor de diversas obras jurídicas e hoje dedicamos os nossos estudos diários para ajudá-los nessa caminhada rumo à aprovação na OAB.

Garantimos a todos que os resultados virão, se seguirem o nosso método de estudo, e lá na frente vocês irão agradecer pelos esforços empreendidos. Sempre vale a pena. Pedimos a sua confiança e foco total nos estudos, meus amigos, e uma excelente jornada. ;)

Abraços a todos e VAMOS ESTUDAR PENAL!

Professores **Cristiano Rodrigues e Ivan Marques**



Ivan Luis Marques
Profcristianorodrigues



SUMÁRIO DO CURSO

Apresentação	1
Sumário do curso	2
1. Metodologia do Curso.....	3
2. Raio X da banca FGV	5
3. Desvendando o edital	5
3.1 – Como será composta a nossa prova?	6
3.2 – Posso assinar a peça e as questões? E os dados da parte?	6
3.3 – Como deve ser a escrita? Posso escrever com letra de forma?	7
3.4 – Como elaboro minha resposta nas questões e peça processual?	8
3.5 – Devo começar pela peça processual? E quanto tempo destino?	9
3.6 – E se rasurar na hora da prova? O que fazer?	9
3.7 – Posso usar abreviaturas, símbolos ou expressões em latim?	10
3.8 – Devo fazer rascunho ou partir direto para a folha definitiva?	10
3.9 – Quais materiais posso levar para a prova?	11
4. Como estudar para 2ª fase.....	12
4.1 – Dicas valiosas para uso dos materiais	13
4.2 – Durante o estudo do direito material	14
4.3 – Durante o estudo das peças processuais.....	15
4.4 – Definir um cronograma de estudo.....	15
4.5 – Revisões periódicas	16
4.6 – Resolução de exercícios	16
4.7 - Simulados	17
4.8 – A semana da prova	18
5. Os dez mandamentos do candidato de segunda fase de direito penal	19
6. Informações introdutórias de direito penal e processual penal	20



1. METODOLOGIA DO CURSO

Vocês já devem ter passado um “bizú” na área do aluno e percebido como será a sistemática do curso. Teremos esta aula inaugural de apresentação geral, além de dicas importantes sobre como estudar para 2ª fase da OAB.

Pedimos atenção especial aos vídeos relacionados, pois trazemos algumas informações valiosas de como se organizar, como usar os materiais, fazer as marcações do código, preparar as peças, responder as questões discursivas, enfim, uma [aula guia](#) para sua jornada de estudo.

No aspecto do conteúdo em si, nosso curso será formado por 03 pontos fundamentais:



Sim, meus amigos, precisaremos fazer uma revisão teórica do direito material e processual. “Ah, Prof, eu quero trabalhar logo a peça... o tempo é curto”. Calma, muita calma nessa hora (rs). Nós vamos trabalhar a peça paralelamente ao direito material. Você será inserido na revisão dos conteúdos e já irá treinar esse conteúdo recém revisado em aulas de processo penal, com a elaboração das peças que mais são pedidas pelo examinador na prova de penal da OAB.

Teremos o tempo necessário. Fiquem tranquilos!

Mas, é imprescindível construirmos uma base sólida agora em Direito Criminal (penal e processo penal) para que lá na frente possamos caminhar juntos. Não adianta pularmos esta etapa se não tivermos conhecimento para fundamentar as respostas. **A peça, por si só, não garante a aprovação! As questões valem METADE da prova. Entendeu?**

Não faremos o estudo por completo do Direito Criminal. Até porque, vocês já trabalharam bem no estudo da 1ª fase. O momento agora é focarmos nos principais pontos que devem ser cobrados em 2ª fase, combinando legislação, doutrina e as súmulas, ok? Faremos um **estudo verticalizado**. ;)

Passado esse primeiro momento, daremos um foco total no estudo teórico e prático das peças processuais. Aqui, teremos o cuidado de trabalharmos as bases técnicas para uma boa peça, seja no que tange aos aspectos formais/processuais, seja no que tange aos aspectos de conteúdo.

E por fim, entraremos na 3ª e última etapa da nossa preparação, as chamadas **Rodadas de temas**. Mais conhecida por vocês como o momento de elaborar os SIMULADOS. Isso mesmo, será o momento de colocarmos a “mão na massa” e praticar, praticar, praticar....

Serão três simulados para treinarmos o aspecto prático-profissional da peça, bem como para as respostas às questões discursivas. Lembrando que você **responderá a 4 (quatro) questões e redigirá 01 (uma) peça processual**, que serão corrigidas e devolvidas por nós para que você se sinta o mais seguro o possível no dia da prova.

Abaixo, verifique a sequência das aulas que serão postadas em sua área do aluno. Preocupe-se mais com o conteúdo do que ficar procurando falhas de sistema, envios etc. O que irá te aprovar é o conteúdo postado em pdf e vídeo. Mais nada.



Tópicos abordados
1. Apresentação do curso. Informações sobre a segunda fase. Cronograma dos simulados e datas das aulas ao vivo. (SOMENTE PDF)
2. Marcação do Vade Mecum
3. Penal - Teoria da Pena – Dosimetria da Pena Privativa de liberdade – Sistema Trifásico
4. Processo Penal - LINHA DO PROCESSO e COMPETÊNCIA
5. Processo Penal - MEMORIAIS – MEMORIAIS NO JÚRI
6. Penal - Teoria da Pena – Execução da Pena – Espécies de Pena
7. Processo Penal - APELAÇÃO – APELAÇÃO NO JÚRI – CONTRARRAZAÕES – APELAÇÃO DO ASSISTENTE
8. Penal - Mapeamento de Teses defensivas
9. Processo Penal - REVISÃO CRIMINAL – AGRAVO EM EXECUÇÃO – HABEAS CORPUS
10. Penal - Iter criminis e seus institutos defensivos – Desistência Voluntária – Arrependimento Eficaz - Arrependimento posterior – Crime Impossível
11. Processo Penal - RESE – RESE NO JÚRI
12. Penal - Teoria do Crime – excludentes de ilicitude (Estado de necessidade e Legítima Defesa), excludentes de culpabilidade.

13. Processo Penal - RESPOSTA À ACUSAÇÃO - DEFESA PRELIMINAR NA LEI DE DROGAS E DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO
14. Penal - Teoria do Erro - Erros Essenciais e Erros Acidentais
15. Processo Penal - RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL - RECURSO ESPECIAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO
16. Penal - Concurso de Crimes e Concurso de pessoas
17. Processo Penal - RELAXAMENTO/REVOGAÇÃO DE PRISÃO - LIBERDADE PROVISÓRIA
18. Penal - Prescrição penal - espécies e consequências - Crimes contra honra e sua aplicação na queixa crime.
19. Processo Penal - QUEIXA-CRIME
20. Processo Penal - LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

2. RAIO X DA BANCA FGV

Acompanhem comigo esse breve Raio X que preparei sobre o histórico da FGV desde a unificação do exame de ordem em 2010 até a última prova, com relação aos temas cobrados em 2ª fase de Direito Penal.

Analisando as provas anteriores, percebe-se que há assuntos fundamentais em nosso processo de estudo que precisaremos trabalhar em profundidade.

TODAS, digo todas as provas tiveram a cobrança de um desses assuntos, seja nas questões discursivas (muitas delas focadas exclusivamente nesses temas), seja na cobrança das peças processuais. E não poderia ser diferente.

3. DESVENDANDO O EDITAL

Para que possamos ter um bom resultado em qualquer atividade, é preciso antes de tudo conhecermos as regras do jogo. Como podemos caminhar bem nessa preparação se ao menos não conhecemos quais ferramentas podemos usar e como podemos usá-las?

Isso mesmo, difícil imaginar a aprovação em um Exame de Ordem sem uma boa análise do edital, até para que possamos estar mais seguros durante a prova. Fiquem tranquilos, preparei para vocês um “check list”.



3.1 – COMO SERÁ COMPOSTA A NOSSA PROVA?

A 2ª fase da OAB será composta pela aplicação de **4 (quatro) questões discursivas**, sob a forma de situações-problema, e **uma peça processual**, assim chamada de peça prático-profissional. Tudo isto, deverá ser realizado em 05 (cinco) horas de prova, então importante termos uma boa estratégia para que não precisemos chegar naqueles 05 minutos finais desesperados (rs).

À prova, será atribuída uma pontuação final de **10 (dez) pontos**, sendo que só a peça profissional valerá **05 (cinco) pontos**, e o restante será distribuído para as 4 questões discursivas, sob a forma de situações-problema, valendo no máximo 1,25 (um e vinte e cinco) pontos cada.

“Prof. Vamos trabalhar a peça... é metade da prova”. Meus amigos, mais uma vez, aqui temos a primeira lição e preciso repetir. **A peça por si só não garante a aprovação!** Os números estão nos dizendo isso. Para ser aprovado o candidato deverá obter, no mínimo, entre o somatório dos quesitos da 2ª fase, **06 (seis) pontos**.

Gabaritar a peça processual lhe atribuirá 05 pontos. Isso é suficiente? Não. Ajudará na aprovação? Sim, e muito! Mas precisamos ter uma atenção especial às questões discursivas. Sabe o motivo?

Primeiro. Em uma boa prova processual, a **média histórica das notas atribuídas aos candidatos no exame da 2ª fase da OAB gira em torno de 3,5 a 4,5 pontos**. Ou seja, precisaremos ainda conquistar valiosos pontos nas questões abertas.

Segundo. As questões discursivas são curtas e buscam fundamentalmente o conhecimento teórico do candidato; então trabalhando de **forma clara, objetiva, concisa e técnica, as chances de gabaritar os quesitos são grandes**. E aqui, podem ter certeza, será a sua válvula de escape para uma eventual (espero que não precise) compensação de pontos que foram perdidos na peça prática.

“Ah.. Prof. e se zerar a peça?” Ai não tem santo que dê remédio (rs). Mas, isso não vai acontecer, tenha muita confiança, força de vontade e venha comigo.

3.2 – POSSO ASSINAR A PEÇA E AS QUESTÕES? E OS DADOS DA PARTE?

Antes de qualquer coisa, muita atenção o que escreve e aonde escreve na hora da prova. O caderno de prova só pode ser assinado em local apropriado, na capa do caderno onde conterà a solicitação de assinatura.





ATENÇÃO!!!!

•Qualquer “marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da prova e a eliminação do examinando”.

Então, **não coloque referência a nomes, dados de documentos ou qualquer outro dado que não tenha sido fornecido pela banca**. O edital esclarece que o “*examinando não pode produzir qualquer identificação ou informações além daquelas fornecidas e permitidas nos enunciados contidos no caderno de prova*”.

Agora, se a banca lhe forneceu dados no caderno de prova (nome, situação civil, nacionalidade), você irá reproduzir em sua peça/questão **exatamente aqueles dados fornecidos, sem inventar absolutamente nada**.

Assim, o edital nos diz que sendo exigido o dado para a correta solução do problema, você deverá “escrever o nome do dado seguido de reticências ou de “XXX” (exemplo: “Município...”, “Data...”, “Advogado...”, “OAB...”, “MunicípioXXX”, “DataXXX”, “AdvogadoXXX”, “OABXXX” etc.)” (item 3.5.9)

E, no caso da peça processual ou das questões discursivas ser exigido a assinatura do candidato, você utilizará apenas a palavra “Advogado...” ao final. Mais uma vez, qualquer outra assinatura, a banca considerará como **marca identificadora**, atribuindo nota 0 (zero).

Outro detalhe. Não escreva fora das margens ou acima da quantidade de linhas permitidas por questão, pois será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento transcrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima. Além de ser desagradável apresentar sua prova dessa forma, pode caracterizar identificação de peça.

3.3 – COMO DEVE SER A ESCRITA? POSSO ESCREVER COM LETRA DE FORMA?

O edital apenas afirma que a prova deverá ser realizada com **letra legível**, com caneta esferográfica tinta azul ou preta. O importante é passar para o examinador uma letra acessível de leitura, bem definida. E isso deve vir acompanhado, sem dúvida, de uma **redação clara, limpa, concisa e técnica, de modo que a banca possa compreender a sua redação**.

Não há vedação expressa ao uso da letra de forma. Então, pode sim ser utilizada, desde que o candidato escreva de forma correta, não misturando as letras cursivas com as de forma, e tendo atenção especial para as letras maiúsculas, que devem ser ressaltadas, ok?



3.4 – COMO ELABORO MINHA RESPOSTA NAS QUESTÕES E PEÇA PROCESSUAL?

A banca examinadora não trabalha com a cobrança direta das normas da ABNT, mas uma prova mal escrita, cheia de erros, e com uma linguagem inapropriada leva a um desconforto do examinador na hora de corrigi-la.

Importante, neste quesito, treinarmos para a elaboração de uma boa redação, principalmente em atenção a uma **linguagem clara, concisa, técnica, bem fundamentada, e objetiva**.

A objetividade aqui, não é sinônimo de peça curta ou questões com poucas linhas. A **objetividade é passar toda a fundamentação técnica sem ser prolixo, sem ser redundante**, de modo que você possa mostrar ao examinador que compreendeu a pergunta, tem conhecimento técnico para respondê-la e sabe repassar isso numa linguagem clara e acessível.



Outro detalhe! Não adianta querer encher a resposta somente “copiando a legislação”.

Meus amigos, a “mera transcrição de dispositivos legais, desprovida do raciocínio jurídico, não ensejará pontuação”. O examinador avaliará sua prova de acordo com sua capacidade de interpretação, adequação ao problema apresentado e domínio do raciocínio jurídico.

Vocês precisam demonstrar de maneira clara e objetiva que compreenderam a situação-problema e tem argumentos jurídicos para fundamentação da resposta. Isso é muito importante!

No caso da peça processual, teremos 5 folhas contendo cada uma delas 30 linhas. Então, devemos trabalhar com a construção de uma peça processual em **torno de 4 a 5 páginas**. Não é bom construirmos uma peça com 2 ou 3 páginas somente, pois temos toda a parte de direito material e as questões processuais que precisaremos demonstrar ao longo do instrumento. Aqui vale a **demonstração de conhecimento e poder de argumentação**.

No caso das questões discursivas evite rodeios, vá direto ao ponto e responda de plano a pergunta feita pela banca. Em seguida, você pode trabalhar o tema aprofundando a parte técnica, aliando conhecimento da legislação, doutrina e jurisprudência. 😊

Um último ponto de suma importância. As questões possuem o formato de itens e subitens. Na hora de montar as respostas, facilite a vida do examinador. Elas deverão **indicar obrigatoriamente qual item do enunciado se refere a cada parte de sua resposta**, sob pena de receber nota zero. (item 3.5.6 do edital)

Então, as respostas serão realizadas indicando logo de cara a letra, tipo: (“A”), (“B”), (“C”) ou você pode usar o formato de dissertação, mas no início do parágrafo faça a indicação do item

a que se refere, tipo: “ Em relação ao quesito A...”, “No que tange ao item B...”, “já no que toca ao item “C”...” tudo bem? Ah, nos dois casos, coloque sempre na ordem das perguntas!

3.5 – DEVO COMEÇAR PELA PEÇA PROCESSUAL? E QUANTO TEMPO DESTINO?

O edital afirma que devemos observar a “ordem de transcrição das respostas para folha definitiva, devendo **iniciá-la pela redação de sua peça profissional, seguido das respostas às quatro questões discursivas, em ordem crescente**”, conforme virá em sua prova.

É importante seguir isto, Prof? SIMMM. Até porque, de acordo com o próprio edital:

"Aquele que não observar tal ordem de transcrição das respostas, assim como o número máximo de páginas destinadas à redação da peça profissional e das questões discursivas, receberá nota 0 (zero), sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação sumária do examinando do Exame".

E quanto tempo destino para peça, prof? A experiência prática, nos diz que **devemos destinar em média de 2,5 a 3h de prova para a peça processual, ficando 2 horas restantes para elaborarmos as questões discursivas**. Esse tempo médio, irá permitir que você elabore tranquilamente toda a sua prova, de modo que não fique com horário apertado tanto para peça quanto para as questões. Então, importante ficar esperto com o tempo.

Uma mensagem que deixo a título de conselho. **NÃO faça a peça de forma “retalhada”**.

Não escreva parte da peça e pule para as questões, ou vice e versa. Isso lhe trará prejuízo e fatalmente você esquecerá alguns tópicos importantes que deveriam constar na sua prova (doutrina, legislação, jurisprudência), além de perder o foco na hora da resposta.

3.6 – E SE RASURAR NA HORA DA PROVA? O QUE FAZER?

É possível que você venha a rasurar em algum momento. Se isso acontecer, calma, não se desespere (rs). Você deverá passar um traço em cima da palavra escrita errada, conforme exemplo a seguir:



Ex: ~~Associação~~ associação

(o que você fará é escrever logo em seguida a palavra correta)

Agora, sempre digo aos alunos. O treino é fundamental para que se minimize as chances de erro na hora da prova, até para que possa ter uma **redação limpa, clara, apresentável**, trazendo assim o examinador para o seu lado na hora da correção.

3.7 – POSSO USAR ABREVIATURAS, SÍMBOLOS OU EXPRESSÕES EM LATIM?

Seria muito ruim para o texto ficar repetindo expressões técnicas longas, como “Constituição da República Federativa do Brasil, Código Processo Civil, Ação Declaratória de Inconstitucionalidade ou arte mesmo artigos, incisos, alíneas...”

Caso se sinta mais seguro, o que pode ser feito é na primeira citação você dispor a expressão de forma completa. Em seguida, as demais podem ser acompanhadas do modo de abreviação correto. Olha só:

<u>Texto completo</u>	<u>Possibilidade de abreviação</u>
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	CRFB/88
Código de Processo Penal	CP
Artigo quinto	art. 5º
Inciso primeiro, segundo	I, II (usar algarismo romano)
Alínea a, b, c	a, b, c
Parágrafo primeiro	§1º
▪ Parágrafo único	Parágrafo único (escrever mesmo)
Lei. 9.868/99	Lei. 9.868/99 (sem problema)

No caso, das expressões em latim, você pode fazer o uso delas, mas **não sublinhe**. Ex: mandamus; amicus curiae. E no caso das expressões em inglês, também as evite, a não ser os casos já consagrados. Mas, mesmo assim, não fique usando de forma repetida.

Por último, evite símbolos no teor de sua redação. (!; ?; ☺ ; ®; *) O examinador pode considerar isto como marca identificadora e **ZERAR** sua prova!

3.8 – DEVO FAZER RASCUNHO OU PARTIR DIRETO PARA A FOLHA DEFINITIVA?

Difícil essa pergunta, pois envolve uma série de fatores. Tem candidato que é mais rápido na hora da prova e consegue dosar o tempo, mas também tem aquele que possui certa dificuldade em administrar o tempo.

O fato é que 05 horas de prova é um tempo razoável para uma boa peça processual, análise do caso, verificação da legislação, enunciados, formatação da estrutura da peça, além disso tudo, elaboração das questões discursivas.

Uma sugestão é trabalharmos com o meio termo. É lógico que seria imprudência fazer toda a prova diretamente na folha definitiva. Então, vamos usar o rascunho, não para



trabalharmos a escrita de toda a peça (até porque ela é grande) e a reposta das questões, mas para **organizarmos o pensamento**.

Vamos usar o rascunho para **montarmos um esboço, uma estrutura básica** que consiste na formação dos tópicos que iremos desenvolver na redação e o seu encadeamento lógico, tudo bem? Fiquem tranquilos que vou ajuda-los lá na frente, quanto trabalharmos as questões e a peça processual.

3.9 – QUAIS MATERIAIS POSSO LEVAR PARA A PROVA?

É, meus amigos, já foi o tempo bom que podíamos levar livros, códigos, e compêndios de legislação comentada. Era uma correria só. Todo mundo chegando com mala para prova, abarrotado de livros (eu inclusive peguei essa época). Mas, no “frigor dos ovos”, não usávamos nem a metade.

Agora, não podemos mais utilizar **códigos comentados, anotados, comparados ou com organização de índices temáticos, nem índices com roteiros para peças**. Não vale impressos de internet, nem xérox, muito menos livros, revistas, apostilas ou anotações.

Também não é possível o uso de jurisprudências, informativos de Tribunais e súmulas **comentadas, anotadas ou comparadas**, ok? A utilização destes materiais e a identificação pelo fiscal de prova acarretará **anulação automática do certame**.

Para a prova, sugiro que faça o uso do famoso “vade mecum”, que é o material que possui toda a legislação compilada. Evite o uso de mini códigos, pois muitos não possuem toda as normas que precisaremos trabalhar.

Ah...último detalhe, mas fundamental. Material atualizado, ok?

Outro ponto. A utilização de alguns materiais como marca texto, clipes, post-its e linguetas de separação. Não podemos utilizar traços, post-its ou remissões a artigos de lei **de forma a estruturar roteiros de peças ou anotações pessoais**.

Agora, temos uma opção que, particularmente, acho que ajuda muito e facilita a vida de vocês na hora da prova! A banca permite que sejam utilizados aqueles separadores de código (aquelas linguetas prontas...)

"Utilização de separadores de códigos fabricados por editoras ou outras instituições ligadas ao mercado gráfico, desde que com impressão que contenha simples remissão a ramos do Direito ou a leis."



A FGV no início de 2018 chegou a publicar um conteúdo com as indicações do que pode e o que não pode para fins de prova da 2ª fase. Dá uma olhadinha: <http://www.estrategiaoab.com.br/o-que-e-permitido-na-prova-pratico-profissional-exame-de-ordem-da-oab/>

Por fim, ao longo da nossa preparação, faremos marcações, ressaltando os artigos que provavelmente você utilizará na hora da prova.

A banca permite também (e usaremos essa ferramenta) o uso do famoso “**marca texto**”, além das canetas para grifar e sublinhar os artigos de lei. No caso das remissões dentro do código, se for usá-las, elas serão simples podendo conter apenas a expressão ao lado “vide art. x” ou “vide súmula 660”, por exemplo.

4. COMO ESTUDAR PARA 2ª FASE

Sempre quando começamos os nossos cursos de 2ª fase, a primeira mensagem dos alunos é: “*Professor preciso acertar a peça...rs*”. E a resposta é unânime entre nós professores:



**A peça, por si só,
não garante a
sua aprovação!**

A ansiedade é muito grande. Temos a consciência disso (rs). Mas, é imprescindível construirmos uma base sólida do **direito material**. É preciso ter base para fundamentar as respostas discursivas e, principalmente, no que tange à peça prático-profissional.

Em linhas gerais, o espelho da OAB vem contemplando atualmente **(+/-) 60% da peça prático-processual só com a abordagem do direito material**, que é a fundamentação jurídica propriamente dita. Isso representa (+/-) 2,5 a 3,0 pontos. Não dá para desprezar. ;)

Somada as 04 questões discursivas além dos 3,0 pontos da peça, temos algo em torno 8,0 pontos de toda a prova sendo construída pelo direito material. Agora, pare e reflita. Não é fundamental trabalhar esse aspecto?

“Ah profs, vou ter que estudar tudo em profundidade?”

Fiquem tranquilos. O momento não é de se concentrar em doutrina aprofundada. O foco é nos principais pontos que devem ser cobrados em 2ª fase. Um **estudo verticalizado**, combinando legislação, doutrina focada e as tendências de jurisprudência, ok?

Avançando em nossa abordagem, temos um ponto de suma importância: **o tempo**. Temos um prazo muito curto até a data da prova. E você precisa ter consciência disso. Então, hora de se organizar e pensar que o momento exige dedicação exclusiva para os estudos.



Organize-se a partir de hoje; veja todas as tarefas que você tem até o dia da prova e o que precisará conciliar com o estudo. Nesse momento, **otimizar o tempo será fundamental**.



ACORDE!!

✍ **Atividades inegociáveis:** faça o levantamento de todas as atividades inegociáveis que terá até o dia da prova, tais como horário do trabalho, rotina de casa, família, atividade física, etc. Isso é muito importante. Você terá um panorama amplo do horário que terá disponível para estudo efetivo (horas líquidas), podendo fazer ajustes inclusive na renúncia de algumas dessas atividades;

✍ **Determinação do horário de estudo/ciclo de estudo:** concluída a 1ª etapa, determine qual horário irá se dedicar exclusivamente ao estudo. Compromisso gera hábito e rotina. Como resultado, você terá mais dedicação para estudar. A partir disso, monte um cronograma de estudo ao longo da semana e dos finais de semana também;

✍ **Escolha o material de 2ª fase:** particularmente, não recomendo ficar comprando materiais de diferentes cursos disponíveis no mercado. Isso lhe deixará inseguro, querendo estudar todos eles ao mesmo tempo. Pare, pesquise o melhor material para você, e siga firme nos estudos!!! Se decidiu estudar conosco no Estratégia OAB, fique tranquilo!! Estamos com materiais completo e atualizado para a 2ª fase. Basta apenas um compêndio de legislação atualizado (vade mecum).

✍ **Horário de descanso:** separe os horários de descanso. Sim, estes são fundamentais, pois ajudam a recuperar a energia e tirar um pouco da ansiedade.

4.1 – DICAS VALIOSAS PARA USO DOS MATERIAIS

Nosso curso do **Estratégia OAB** para 2ª fase contempla um bloco completo de materiais para estudo. Assim, temos:

- ✍ *PDF completo (livros digitais)*
- ✍ *Vídeoaulas*
- ✍ *Simulados*
- ✍ *Fórum de dúvidas*
- ✍ *Curso Extensivo ao vivo youtube*



Na escolha do material, você poderá utilizar a princípio os livros digitais como **guia de estudo**. Isto porque eles são bem completos e contemplam toda a abordagem teórica necessária. Ainda, os professores conseguem trazer um bloco maior de questões para treinamento. Temos também quadros ilustrativos, recursos de memorização, “tome nota”, destaque para marcação do código e slides para revisão.

Agora, como medida de reforço, você pode utilizar as vídeoaulas sem problema algum. Também ajudarão no processo de estudo. A combinação dos dois elementos reforçará a assimilação do conteúdo.

Outro ponto que trazemos como sugestão é o seguinte. Se você sentir que não domina os temas do direito material, siga a ordem natural das aulas do curso, pois elas são planejadas pensando numa estrutura média de ensino.

Por outro lado, se já tiver um bom domínio dos temas mais sensíveis do direito material cobrados pela banca, seja porque fez uma ótima primeira fase, seja porque já se encontra na fase de repescagem, vejo com bons olhos a possibilidade de focar em revisão rápida do direito material, marcação do código dos dispositivos de lei e em seguida partir para o estudo das peças processuais.

De toda sorte, se tiver dúvidas, entre em contato com o professor para um bate-papo (fórum de dúvidas ou redes sociais). Assim, você se sentirá mais tranquilo(a) em relação ao método de estudo.

4.2 – DURANTE O ESTUDO DO DIREITO MATERIAL

À medida que for estudando a parte do direito material, procure já fazer a marcação dos dispositivos pontuados em aula. Se foi abordado no curso, pode ter certeza que vale uma atenção extra. ;)

Essa **marcação dia-a-dia** é importante, pois você vai se familiarizando com o conteúdo e, principalmente, facilita para que você possa se localizar com os dispositivos legais no seu código.

Abaixo, trago um exemplo de como eu (prof. Ivan Marques) faço com os meus alunos na aula de **Direito Processual Penal**:

Bloco	Tema	Estudo	Revisão	Artigos p/ Leitura
(A)	Memoriais	- Assistir vídeos da aula 01	Leitura dos slides Revisão das marcações do pdf e esquemas.	Art. 403, § 3.º do CPP



4.3 – DURANTE O ESTUDO DAS PEÇAS PROCESSUAIS

No quesito das **peças processuais**, procure montar um esqueleto contendo os tópicos de cada peça prático-profissional assim que você fizer o estudo. Terminou de estudar Apelação, por exemplo, monte um esboço de peça.

Além disso, fica como dica, que você coloque semanalmente revisões desses tópicos para que possa assimilar mais facilmente cada ponto. Não é para estudar a peça toda, mas uma revisão de 10 a 15 minutos se encaixa bem na lembrança da estrutura geral da peça. No dia da prova estará bem seguro!

Como sugestão, ao longo do estudo diário, você pode imprimir os modelos e fazer um *checklist* da formação dos capítulos que compõe cada peça:



- 1) **ENDEREÇAMENTO**
- 2) **QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:** colocar os dados da questão
- 3) **DESIGNAÇÃO PEÇA:** caixa alta centralizado
- 4) **DOS FATOS:** descrever objetivamente
- 5) **DA TEMPESTIVIDADE:** citar o prazo legal
- 6) **DO CABIMENTO.**
- 7) **DAS PRELIMINARES**
- 8) **DO MÉRITO**
- 9) **DOS PEDIDOS SUBSIDIÁRIOS**
- 10) **LOCAL DATA ADVOGADO**

Então, pessoal, é possível tranquilamente ler o esquema elaborado em 10 minutinhos. Se você fizer essa revisão periodicamente até o dia da prova, não tem como errar. (rs). Os capítulos indicados em cada uma das peças certamente constarão na sua prova. Não há margem para esquecermos nada no dia do exame.

4.4 – DEFINIR UM CRONOGRAMA DE ESTUDO

Importante que nessa etapa você não fique solto o que estudar em cada dia. Faça uma tabelinha simples (nada muito complexo) e coloque dia-a-dia os itens que serão de estudo.



Segunda-feira	19h às 20:30h	PDF 00, pág 01 a 30
Segunda-feira	Intervalo 10m	
Segunda-feira	20:40 às 22h	Questões relacionadas
Terça-feira	15m revisão	15m revisão
Terça-feira	9h às 10:30	PDF 00 – Pág. 31-63
Quarta-feira...	(...)	(...)

Pessoal, **aqui é só um exemplo**. Você deve montar o cronograma de acordo com os horários e disponibilidades. Agora, o mais importante: quando você estabelece um cronograma acaba conseguindo organizar sua rotina, gerando mais **compromisso** e tendo uma previsão de quando irá terminar de estudar todo o conteúdo.

4.5 – REVISÕES PERIÓDICAS

A maioria dos alunos não têm o hábito de revisar os conteúdos de forma sistemática. Não dá para ficar absorvendo conteúdo parecendo uma “esponja” até o dia da prova, se você não organizar as ideias, terá muita dificuldade lá na frente.

Procure criar o hábito de fazer revisões **dos pontos essenciais que você marcou no seu material, bem como as anotações pessoais**. Agora, não é para sair fazer uma nova leitura de tudo que estudou nos dias anteriores. (rs). Isso não é revisão, mas sim um novo estudo.

Revisão é você rever os pontos elementares. É fazer leitura dos tópicos marcados no material de estudo para que possa **“esquematizar”** mentalmente os itens de maior importância do conteúdo. Essa revisão não precisa ser nada extensa. Algo em torno de 15-20m é bem razoável.

4.6 – RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS

A resolução de exercícios é o que chamamos de **técnica complementar** de estudo. A ideia é a fixação da parte teórica + **“estudo reverso”**, que é aquele estudo quando o aluno se concentra nas questões, buscando aliar o que foi assimilado com os potenciais de cobrança em prova.

Após o final do estudo de cada aula em pdf/vídeo, procure fazer **todos os exercícios correspondentes**. A OAB adora repetir as questões. Fazer todas as questões anteriores da banca lhe dará uma boa base para até o dia da prova.

DETALHE IMPORTANTE - vale tanto para questões discursivas quanto para a peça processual. Guarde isso com carinho.

A resolução não pode ser passiva. Para 2ª fase é hora de colocar a mão na massa:





- ↳ *Imprima a questão e monte a reposta;*
- ↳ *Antes de sair escrevendo faça uma listagem dos tópicos que irá abordar. Você precisa ser metódico;*
- ↳ *Liste todos os itens importantes que devem aparecer na sua resposta;*
- ↳ *Após isso, pare com calma e elabore a reposta, lembrando-se sempre: linguagem técnico-jurídica, mas com objetividade.*

4.7 - SIMULADOS

Esse é o momento de treinar verdadeiramente como será o dia da prova. E, por qual motivo, prof.? Você precisa passar por essa experiência antes. Nem que seja uma única vez. (embora recomendo que faça muitos simulados)

Treinar como será o dia da prova lhe deixará mais tranquilo. Você precisa se acostumar a fazer 01 peça e 04 questões ao mesmo tempo. O fator tempo será decisivo. É muita informação, tem a tensão no dia da prova, ansiedade...tudo isso pode atrapalhar se você não estiver bem treinado.

Além do mais, precisa se familiarizar com a consulta da legislação e suas remissões durante às 5h de prova. **Vivenciar esse ambiente** será fundamental para que se sinta mais tranquilo no dia “D”. Quem avisa amigo é (rs)

Nos pacotes de 2ª fase do Estratégia OAB, teremos 03 rodadas de simulado com correção individualizada, além de mais 02 simulados com correção em vídeo. Ou seja, uma excelente oportunidade para você treinar, identificar os erros e corrigi-los com a revisão dos pontos teóricos e práticos.

Ah...prof.... me limito a esses simulados? Claro que não. ;) Se você tiver disponibilidade, recomendo que:



- 1) *Separe 1 ou 2 domingos;*
- 2) *No horário exato da prova;*
- 3) *Pegue uma prova já realizada em exame passado;*
- 4) *Procure um lugar para realizar a prova sem que ninguém lhe atrapalhe;*
- 5) *Faça a prova considerando tempo real;*
- 6) *No dia seguinte, faça a correção com espelho liberado pela FGV e identifique os erros.*

4.7.1. CRONOGRAMA DE SIMULADOS

Simulados	Disponibilização na Área do Aluno	Prazo para entrega pelo Aluno	Postagem do Espelho	Prazo de Correção pelos Professores	Postagem dos Comentários dos Professores
Correção Online	24/10/2019	-----	27/10/2019	-----	-----
Correção Individualizada	28/10/2019	31/10/2019	01/11/2019	05/11/2019	06/11/2019
Correção Online	07/11/2019	-----	10/11/2019	-----	-----
Correção Individualizada	11/11/2019	14/11/2019	15/11/2019	19/11/2019	20/11/2019
Correção Individualizada	20/11/2019	23/11/2019	24/11/2019	28/11/2019	29/11/2019

4.8 – A SEMANA DA PROVA

Programe-se para terminar todo o conteúdo 01 semana antes da prova. Isso lhe dará tranquilidade para poder montar uma revisão geral. Mas, aqui uma recomendação. **Não deixe a ansiedade lhe dominar e querer aumentar a carga horária absurdamente.**

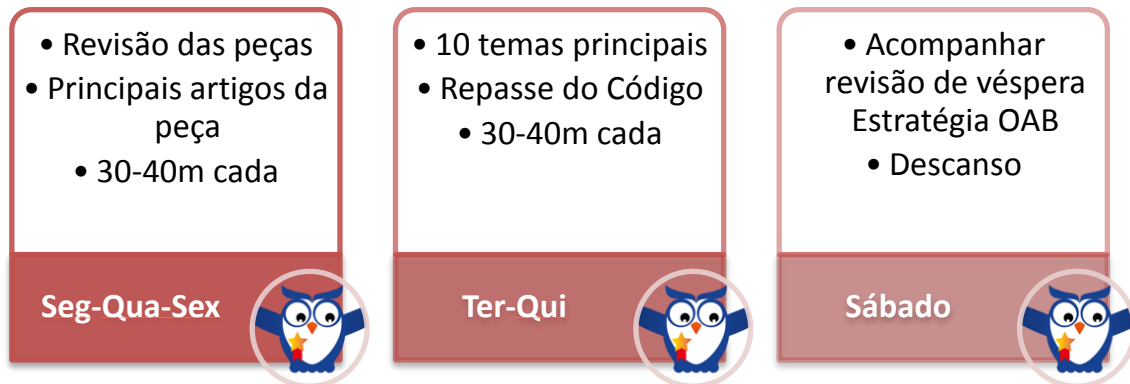
Você já está preparado. O momento será de uma boa revisão (e não estudo regular). Se ficar parecendo um louco estudando tudo, todas as matérias, detalhe por detalhe vai gerar só mais ansiedade e desgaste mental.

👉 Na parte das peças, reveja os “esqueminhas” da peça que você montou ao longo da preparação, os artigos envolvidos...pedidos...revisão geral;

👉 Na parte do direito material, procure rever pontos sensíveis da teoria e revisão das marcações do código.

Como sugestão, você pode separar 03 dias para revisão das peças processuais e 02 dias dos principais temas do direito material. Nesse sentido, podemos pensar em:





5. OS DEZ MANDAMENTOS DO CANDIDATO DE SEGUNDA FASE DE DIREITO PENAL

Pessoal, existem erros IMPERDOÁVEIS na segunda fase de penal. Com a nossa experiência de mais de uma década como professores de segunda fase de penal da OAB, pudemos identificar cada um desses erros mais GRAVES e colocá-los aqui para vocês. Preparados? Vamos lá:

Os 10 mandamentos do candidato

1. Não use “bandido”, “delinquente”, “criminoso”, “meliante” ou outra palavra pejorativa. Seja técnico!
2. Não peça as absolvições dos artigos 386 ou 397 ao final da primeira fase do Júri. Neste caso, você deverá pedir a absolvição sumária do art. 415 do CPP. Cada absolvição tem a sua respectiva peça.
3. Só interponha *habeas corpus* e *mandado de segurança* em último caso.
4. Não deixe questões sem responder. Se não souber o fundamento jurídico, utilize a lógica.
5. **Não assine seu nome ao final da peça.** Assinar seu próprio nome acarretará em sua eliminação.
6. Não utilize abreviaturas. Como a sua prova é manuscrita, pode ser que o examinador não entenda o que escreveu de forma abreviada, ressalvadas as abreviaturas informadas acima em nossa tabelinha.

7. Nunca faça o endereçamento de sua peça para o Tribunal de Alçada Criminal, pois está extinto desde 2004.
8. Não invente dados. Utilize apenas os fatos apresentados no enunciado. A invenção de dados pode caracterizar fraude e anulação de sua prova.
9. Não mencione a Justiça Pública na ação penal privada. Teremos um advogado enfrentando outro e o MP funcionará apenas como fiscal da lei.
10. Faça peças práticas antes do dia da prova para treinar sua elaboração e o controle do tempo.

6. INFORMAÇÕES INTRODUTÓRIAS DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Pessoal, ao longo de muitos anos de docência, aprovamos mais de mil alunos na segunda fase de direito penal. Há uma técnica de estudo e um método construído durante o curso que te deixará preparado para gabaritar a prova. Nosso curso foi estruturado para proporcionar a você um estudo objetivo e claro na identificação das teses e elaboração das peças práticas na área penal.

Trata-se de um curso efetivamente capaz de contribuir para a sua preparação para a 2ª fase do Exame da OAB, mediante abordagem clara e acessível dos temas propostos, notadamente em relação aos modelos de estruturação de peças.

Buscamos introduzir o aluno no tema, primeiro de forma teórica e resumida, relembrando conceitos, para, ao final, tecer a abordagem prática necessária sobre as peculiaridades de cada peça prático-profissional, culminando com exposição de modelos e sugestões de como devem ser elaboradas as peças e as questões dissertativas relacionadas.

O estudo prepara o aluno para identificar uma sequência de atos concatenados, atrelados entre si, que reclama a elaboração da respectiva peça na sequência. É como se fosse uma “linha do tempo”. Após o ato processual citação, por exemplo, exige-se a produção da peça resposta à acusação; após a instrução, produz-se a peça memoriais. A visualização dessa linha do tempo permitirá ao candidato identificar com mais tranquilidade não só a peça cabível, mas precipuamente a tese correspondente.

Pode ser que o advogado venha a ser chamado a atuar numa peça prisional, buscando relaxamento da prisão, liberdade provisória, ou revogação da prisão preventiva. Se o ofendido procurar advogado, comunicando-lhe ter sido vítima de um crime que se apura



mediante ação penal privada, cumpre ao profissional ajuizar uma queixa-crime. Se, na ação penal pública, foi oferecida e recebida a denúncia, com a citação do réu, cabe ao advogado oferecer resposta à acusação, buscando a absolvição sumária. Não sendo caso de absolvição sumária, encerrada a instrução, cabe ao advogado apresentar os memoriais em substituição aos debates orais, buscando absolvição, com base no art. 386 do CPP. Havendo sentença, absolutória ou condenatória, cumpre ao advogado interpor recurso de apelação, buscando aquilo que não foi lhe deferido nos memoriais. Se foi proferida decisão não unânime contra o réu pelo Tribunal (em sede de apelação, recurso em sentido estrito ou agravo em execução), cabe embargos infringentes ou de nulidade. Sendo julgados os embargos infringentes ou de nulidade ou quando a decisão do Tribunal foi unânime, ou seja, esgotadas as vias ordinárias recursais, cabe recurso especial ou extraordinário. Sendo, por conta de uma decisão contraditória, omissa, ambígua ou obscura, possível opor embargos de declaração. Havendo informação de processo findo, isto é, que a sentença transitou em julgado, pode o condenado buscar, em situações específicas, ajuizar ação de revisão criminal. Ao longo da execução criminal, em sendo proferida decisão pelo juízo da execução criminal, cabe agravo em execução.

Ao longo do procedimento, o juiz de 1º grau pode proferir decisão interlocutória, inserida dentro do contexto do art. 581 do CPP, reclamando à parte irresignada interpor recurso em sentido estrito, que, se denegado (não recebido) ou negado seguimento (não conhecido), viabiliza a interposição de carta testemunhável.

Aguardamos você para um estudo estratégico, sistematizado e organizado.

E, por fim, para tranquilizá-los teremos a nossa famosa **revisão de véspera**. O professor Cristiano Rodrigues fará um pente fino dos tópicos de direito material e o professor Ivan Marques explicará para você como construir todas as principais peças processuais para que possa chegar no dia da prova preparado para gabaritar. ;)

Meus amigos, em linhas gerais, acho que é isso. Espero que essas dicas possam ajudar na preparação vocês.

Por hoje é só, pessoal. Concluimos nossa aula 00. Espero que tenham gostado e, se restarem dúvidas sobre o edital ou método de estudo ou de realização da prova, basta entrar em contato conosco.

Forte abraço a todos e até a próxima. ;)

Professores Cristiano Rodrigues e Ivan Marques



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.